

ANEXO I**TERMO DE REFERÊNCIA (TR) Nº 4/2023 - PRES/DG/SJGI/CJD/SEPM****1. DEFINIÇÃO DO OBJETO**

1.1. Aquisição de livros novos e atualizados (última edição), o objeto tem natureza de material permanente não continuado com objeto comum e divisível, com fundamento no artigo 75, caput, inciso II, da Lei 14.133/2021. Conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento.

1.2. Do detalhamento básico e das indicações bibliográficas e quantidades que compõem a solução in verbis:

LIVROS	AUTOR	EDITORA	QUANTIDADE
1. Direito Eleitoral	José Jairo Gomes	Atlas	1
2. Curso de Direito Eleitoral – De acordo com a EC 117/2022 e a Resolução TSE 23.679/2022 Com Índice de questões	Roberto Moreira de Almeida	JusPodivm	1
3. Direito Eleitoral na Medida Certa para Concurso	João Paulo Oliveira	JusPodivm	1
4. Direito Eleitoral	Cleiver Vasconcelos; Marco Antonio da Silva	Saraiva	1
5. Manual de Prática Eleitoral	Francisco Dirceu Barros	Mizuno	1
6. Diálogos Sobre Direito Eleitoral	Marcos Youji Minami	JusPodivm	1
7. Recursos Eleitorais	José Jairo Gomes	Atlas	1
8. Teoria da elegibilidade	Ruy Nestor Bastos Mello	JusPodivm	1
9. Investigação e Processo dos Crimes Eleitorais e Conexos	Luiz Carlos Dos Santos Gonçalves	Saraiva	1
10. Coleção Método Essencial - Direito Eleitoral	Luciana Fernandes de Freitas	Método	1
11. Campanha Eleitoral - teoria e prática	Antônio Augusto Mayer dos Santos	JusPodivm	1



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia

12. Curso de Direito Eleitoral	Edson Rezende de Castro	Del Rey	1
13. Manual de Direito Eleitoral para Concursos	Bruno Oliveira	JusPodivm	1
14. Tratado da Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos: Lei 14133/21 comentada por advogados públicos	Leandro Sarai	JusPodivm	1
15. Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos - Lei 14.133/21: artigo por artigo detalhadamente comentado	Juliano Heinen	JusPodivm	1
16. Curso de Direito Administrativo - contém as decisões mais recentes dos tribunais superiores	Juliano Heinen	JusPodivm	1
17. Assédio Moral: violência psicológica no ambiente de trabalho - estudos direcionados para concursos da defensoria pública, delegado de polícia, magistratura e ministério público	Gustavo Filipe Barbosa Garcia	JusPodivm	1
18. Manual de Processo Penal	Guilherme de Souza Nucci	JusPodivm	1
19. Direito Civil - volume único - na medida certa para concursos: todo conteúdo de direito civil resumido em um único volume		JusPodivm	1
20. Manual dos Recursos Cíveis - teoria e prática - teoria geral e recursos em espécie	Denis Donoso; Marco Aurélio Serau Junior	JusPodivm	1
21. Direito Penal - parte geral e especial - na medida certa para concursos - parte geral e especial em um único volume	Válter Kenji Ishida	JusPodivm	1



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia

22. AFO - Administração Financeira e Orçamentária - 3D - abrange 100% dos editais de AFO, direito financeiro e orçamento público	Geovanni Pacelli	JusPodivm	1
23. Nova Lei de Licitações Anotada e Comparada - lei 14.133 de 1º de abril de 2021	encourt	Mizuno	1
24. Glossário Jurídico - Português/Espanhol - Espanhol/Português	Carolina R. Diniz, Carina A. Barres	Mizuno	1
25. Debates Eleitorais - Direito e Comunicação	Amaury Silva	Mizuno	1
26. Direito do Trabalho e Processo do Trabalho em Volume Único	Marcelo Braghini	Mizuno	1
27. Reflexos Eleitorais na Nova Lei de Improbidade	Igor Pereira Pinheiro	Mizuno	1
28. Curso de Direito Administrativo	Marçal Justen Filho	Forense	1
29. Direito Tributário	Eduardo Muniz Machado Cavalcanti	Forense	1
30. Tratado de Proteção de Dados Pessoais	Bruno Bioni, Laura Schertel Mendes; Danilo Doneda; Ingo Wolfgang Sarlet e Otavio Luiz Rodrigues Jr.	Forense	1
31. Jurisdição Constitucional	Lenio Luiz Streck	Forense	1
32. Direito Civil Contemporâneo - Estatuto Epistemológico, Constituição e Direitos Fundamentais	Otavio Luiz Rodrigues Jr	Forense	1
33. Direito Processual Penal	Paulo Rangel	Forense	1
34. Improbidade Administrativa - Direito Material e Processual	Daniel Amorim Assumpção Neves e Rafael Carvalho Rezende Oliveira	Forense	1



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia

35. Licitação Pública e Contrato Administrativo	Joel de Menezes Niebuhr	Fórum	1
36. Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos	Rafael Oliveira	Forense	1
37. Direito Penal - Partes Geral e Especial - Esquemas & Sistemas	Guilherme Nucci	Método	1
38. Direito Eleitoral	Jaime Barreiros Neto, Rafael Barretto	JusPodivm	1
39. Comentários ao Pacote Anticrime	Marcos Paulo Dutra	Método	1
40. Código Tributário Nacional Comentado - Em sua Moldura Constitucional	Regina Helena Costa	Forense	1
41. Código Civil Comentado - Doutrina e Jurisprudência	Flávio Tartuce; Anderson Schreiber; José Fernando Simão; Marco Aurélio Bezerra e Mário Luiz Delgado	Concursar	1
42. Direito previdenciário	João Ernesto Aragonés Vianna	Atlas	1
43. Licitações e Contratos Administrativos - Teoria e Prática	Rafael Oliveira	Forense	1
44. Curso de Direito Administrativo	Rafael Oliveira	Método	1
45. Direito Administrativo	Maria Sylvia Di Pietro	Forense	1
46. Direito Administrativo	Irene Patrícia Nohara	Atlas	1
47. Dispensa e Inexigibilidade de Licitação	Edgar Guimarães e Ricardo Sampaio	Forense	1
48. Reforma da Lei de Improbidade Administrativa - Comparada e Comentada	Marçal Justen Filho	Forense	1
49. Manual da Licitação	José Calasans Junior	Atlas	1



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia

50. Propaganda Eleitoral - Comentários Jurídicos - Atualizado pela Emenda Constitucional 111/2021, de 28.09.2021 (Minirreforma Eleitoral)	Newton Lins	Juruá	1
51. Ações Eleitorais - Teoria e Prática	Alexandre Henrique Zangali	Juruá	1
52. Direito Eleitoral - Teoria e Prática	Armando Sobreiro Neto e Ramon Miguel Pereira Sobreiro	Juruá	1
53. Processo Judicial Eleitoral & Provas Ilícitas - A Problemática das Gravações Ambientais Clandestinas	Guilherme Barcelos	Juruá	1
54. Manual das Inelegibilidades - Comentários à Lei das Inelegibilidades e Jurisprudência Atualizada do TSE e STF	Volgane Oliveira Carvalho	Juruá	1
55. Propaganda Eleitoral - de Acordo com a Reforma Eleitoral de 2021-2022	Lídio Modesto da Silva Filho	Juruá	1
56. Eleições - Radiografia da Lei 9.504/1997	Olivar Coneglian	Juruá	1
57. Propaganda Eleitoral	Olivar Coneglian	Juruá	1
58. Crimes Eleitorais Comentados e Processo Eleitoral	Denise Hammerschmidt	Juruá	1
59. Partidos Políticos no Brasil - Os Dilemas Entre a Cláusula de Barreira e o Hiperpartidarismo	Josafá da Silva Coelho	Juruá	1
60. Contratos Administrativos - Do seu Reequilíbrio Econômico Financeiro à Luz das Decisões do TCU e da AGU -	Ronaldo Coelho Lamarão	Juruá	1



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia

Reajuste - Revisão - Repactuação. Ronaldo Coelho Lamarão			
61. Novo Direito das Licitações e Contratos Administrativos - De acordo com a Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações)	Fábio Lins de Lessa Carvalho, Felipe Lôbo Gomes, Janaina Helena de Freitas, Ricardo Schneider Rodrigues, Rodrigo José Rodrigues Bezerra	Juruá	1
62. O abuso de poder no direito eleitoral: uma necessária revisitação ao instituto	Ana Mendes e Paula Oliveira	Fórum	1
63. Norma de processo e norma de procedimento - o problema da repartição de competência legislativa no direito constitucional brasileiro.	Paula Sarno Braga	JusPodivm	1
64. Direito constitucional grifado	Francisco Braga	JusPodivm	1
65. Tratado da nova lei de licitações e contratos administrativos: lei 14133/21 comentada por advogados públicos	Leandro Sarai	JusPodivm	1
66. Nova lei de licitações comentada e comparada: artigo por artigo!	Matheus Carvalho, João Paulo Oliveira e Paul Germano	JusPodivm	1
67. Manual de licitações e contratos administrativos (2022)De acordo com a Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos	Fernanda Marinela e Rogério Sanches Cunha	JusPodivm	1
68. Leis civis comentadas.	Nelson Rosenvald e Felipe Braga Netto	JusPodivm	1
69. Manual de investigação digital	Guilherme Caselli	JusPodivm	1
70. Lei de licitações e contratos comentada.	Francisco Sérgio Mais Alves	Fórum	1



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia

71. Condutas Vedadas aos Agentes Públicos em Ano Eleitoral.	Igor Pereira Pinheiro	JHMIZUNO	1
72. Nova Lei de Improbidade Administrativa Comentada.	Igor Pereira Pinheiro, Henrique da Rosa Zieseimer	JHMIZUNO	1
73. Nova Previdência na Prática.	Ulisses Vieira Moreira Peixoto	JHMIZUNO	1
74. Dano Moral e sua Reparação no Âmbito Das Relações Trabalhistas com Ênfase no Direito da Mulher.	Danielle Bezerra Vitorino	JHMIZUNO	1
75. Dano Moral.	Júlio Cesar Sanchez	JHMIZUNO	1
76. Licitação e Contratos Administrativos .	Irene Patricia Nohara	RT	1
77. Curso de direito processual civil - v.4 - processo coletivo - de acordo com a nova lei de improbidade administrativa.	Fredie Didier Jr. e Hermes Zaneti Jr.	JusPodivm	1
78. Direito eleitoral.	Rodrigo Lópes Zilio	JusPodivm	1
79. Lições de direito previdenciário e administrativo no serviço público.	Inácio Magalhães Filho	Fórum	1
80. Lei de Licitações e Contratos Administrativos Lei 14.133/21 Comentada. Augusto Neves Dal Pozzo, Márcio Cammarosano e Maurício Zockun	Augusto Neves Dal Pozzo, Márcio Cammarosano e Maurício Zockun	RT	1
81. Sociedade de Consumo e Sustentabilidade: fundamentos, cultura e perspectivas.	Maria Cláudia da Silva Antunes de Souza – Organizadora	ÌTHALA	1
82. Eleições 2022 – Arrecadação, despesas e prestação de contas eleitorais:	Rodrigo Ribeiro Cavalcante	ÌTHALA	1



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia

sentenças e consequências.			
83. Decisão Judicial Eleitoral - O Processo Judicial Eleitoral à Luz do CPC.	ALEXANDRE DE CASTRO NOGUEIRA	Juruá	1
84. Crítica hermenêutica do direito eleitoral – o julgamento da chapa Dilma – Temer no Tribunal superior eleitoral.	Guilherme Barcelos	Juruá	1
85. Manual de Direito Administrativo.	José dos Santos Carvalho Filho	Atlas	1
86. Direito Eleitoral - Aspectos Processuais, Ações e Recursos.	Antônio Peleja Júnior	Juruá	1
87. Direito Eleitoral - Teoria e Prática.	ARMANDO ANTONIO SOBREIRO NETO	Juruá	1
88. Financiamento de Campanhas Eleitorais - Com a Integra das Normas Aplicáveis às Eleições no Brasil.	DENISE GOULART SCHLICKMANN	Juruá	1
89. Partidos Políticos no Brasil - Os Dilemas Entre a Cláusula de Barreira e o Hiperpartidarismo;	JOSAFÁ DA SILVA COELHO	Juruá	1
90. Propaganda eleitoral.	Alberto Rollo e outros	RT	1
91. Resumo de direito eleitoral.vol.18	Armando Sobreiro Neto	JHMIZUNO	1
92. Como ser um palestrante Jurídico.	Domingos Sávio Zainagui	JHMIZUNO	1
93. Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos Lei n. 14.133.	Sidney Bittencourt	JHMIZUNO	1
94. 1001 dicas de português: manual descomplicado	Dad Squarisi Paulo José Cunha	CONTEXTO	1



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia

95. Direito Constitucional- amo direito.	André Estefam e Ricardo Baronovsky	Ridel	1
96. Manual de Processo Civil. Atualizado com a Nova Lei de Improbidade Administrativa.	Jaylton Lopes Jr.	JusPodivm	1
97. Manual de Direito Civil- volume único.	Luciano Figueiredo , Roberto Figueiredo	JusPodivm	1
98. Manual de Direito Empresarial -volume único.	André Santa Cruz	JusPodivm	1
99. Manual de Direito Penal- Parte Geral e Parte Especial.volume único.	Jamil Chaim Alves	JusPodivm	1
100. Manual de Direito Administrativo -volume único.	Renério de Castro Júnior	JusPodivm	1
101. Mandado de segurança e ações constitucionais .	Hely Lopes Meirelles , Gilmar Ferreira Mendes , Arnoldo Wald	JusPodivm	1
102. Curso de direito constitucional positivo. Atualizado até a Emenda Constitucional nº 125/2022..	José Afonso da Silva	JusPodivm	1
103. crimes eleitorais	Marino Pazzaglini Filho	JusPodivm	1
104. ações eleitorais: teoria e prática.	Amaury Silva	JusPodivm	1
105. Direito Constitucional esquemático	Pedro Lenza	Saraiva	1
106. Curso de Direito Constitucional	Paulo Gustavo Gonet BrancoGilmar Mendes	Saraiva	1
107. Curso de Direito Constitucional Contemporâneo	Luís Roberto Barroso	Saraiva	1
108. Curso de Direito	Ingo Wolfgang Sarlet	Saraiva	1



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia

Constitucional			
109. Coleção Prática Forense - Prática Constitucional	Marco Antonio Araujo Junior Darlan Barroso	Saraiva	1
110. Manual de Direito Administrativo.	Alexandre Mazza	Saraiva	1
111. Manual de Direito Administrativo	Licinia Rossi	Saraiva	1
112. Crimes Licitatórios - Aspectos Materiais e Processuais	Igor Pereira Pinheiro	Mizuno	1
113. Dicionário Jurídico	Tatiane Campelo da Silva Palhares	Mizuno	1
114. Modelos de Peças e de Contratos no Novo CPC	Júlio Cesar Sanchez	Mizuno	1
115. Lei do Mandado de Segurança Comentada e Anotada	Fernando Augusto De Vita Borges de Sales	Mizuno	1
116. Contratos: Teoria e Prática	Júlio Cesar Sanchez	Mizuno	1
117. Manual de Prática Processual Civil	Fernando Augusto De Vita Borges de Sales	Mizuno	1
118. Debates Eleitorais - Direito e Comunicação	Amaury Silva	Mizuno	1
119. Condutas Vedadas aos Agentes Públicos em Ano Eleitoral	Igor Pereira Pinheiro	Mizuno	1
120. Manual de Direito Administrativo	Flávio Garcia Cabral, Leandro Sarai	Mizuno	1
121. Nova Lei de Licitações Anotada e Comparada Lei 14.133 de 2021	Igor Pereira Pinheiro, Jamylle Hanna Mansur, Bruno Verzani L. de Almeida	Mizuno	1
122. Dano Moral e sua Reparação no Âmbito Das Relações Trabalhistas com	Danielle Bezerra Vitorino	Mizuno	1



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia

Ênfase no Direito da Mulher			
123. Nova Lei de Improbidade Administrativa Comentada	Igor Pereira Pinheiro	Mizuno	1
124. Contratação Direta Sem Licitação	Jorge Ulisses Jacoby Fernandes	Fórum	1
125. Direito Eleitoral	Clever Vasconcelos	Saraiva	1
126. Direito Eleitoral	RODRIGO LÓPEZ ZILIO	JusPodivm	1
127. Manual de Direito Eleitoral para concursos	Bruno Oliveira	JusPodivm	1
128. Direito Eleitoral	Jaime Barreiros Neto, Rafael Barretto	JusPodivm	1
129. Manual de licitações e contratos administrativos	Fernanda Marinela, Rogério Sanches Cunha	JusPodivm	1
130. Manual de direito constitucional	Daniel Adriano Araldi Martins	JusPodivm	1
131. direito constitucional	Bernardo Gonçalves Fernandes	JusPodivm	1
132. Direito Administrativo	Renério De Castro Júnior	JusPodivm	1
133. leis de licitações públicas comentadas	Ronny Charles Lopes De Torres	JusPodivm	1
134. Manual de Licitações e contratos públicos.	Fernanda Marinela, Rogério Sanches Cunha	JusPodivm	1
135. Código de Processo civil e Legislação Extravagante anotados	Fredie Didier Jr., Ravi Peixoto	JusPodivm	1
136. Discriminação por preconceito implícito.	George Marmelstein	JusPodivm	1
137. Manual de Direito Digital	Ribeiro Magro, Landolfo Andrade De Souza	JusPodivm	1
138. Redação jurídica estilo	Antonio Gidi	JusPodivm	1



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia

profissional –forma, estrutura, coesão e voz.			
139. Sentença Penal condenatória – Teoria e prática	Ricardo Augusto Schmitt	JusPodivm	1
140. Manual de Licitações e Contratos Administrativos	Maria Di Pietro, Edgar Guimarães, Fabrício Motta, Luciano Ferraz, Thiago Marrara e Victor Amorim	Forense	1
141. Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos	Rafael Oliveira	Forense	1
142. Licitações e Contratos Administrativos - Teoria e Prática	Rafael Oliveira	Forense	1
143. Dispensa e Inexigibilidade de Licitação	Edgar Guimarães e Ricardo Sampaio	Forense	1
144. Direito Administrativo	Maria Sylvia Zanella Di Pietro	Forense	1
145. Comentários à Lei de Licitações e Contratações Administrativas	Marçal Justen Filho	RT	1
146. Curso de Processo civil-vol.1	Luiz Guilherme Marinoni, Sérgio Cruz Arenhart e Daniel Mitidiero	RT	1
147. Curso de Processo civil-vol.2	Guilherme Marinoni, Sérgio Cruz Arenhart e Daniel Mitidiero	RT	1
148. Curso de Processo civil-vol.3	Guilherme Marinoni, Sérgio Cruz Arenhart e Daniel Mitidiero	RT	1
149. curso de direito administrativo	Celso Antônio Bandeira de Mello	Fórum	1
150. Licitação Pública e Contrato Administrativo	Joel Menezes Neibuhr	Fórum	1
151. comentários à lei de	Cristiana Fortini.Tatiana	Fórum	1



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia

licitações e contratos administrativos v.01	Camarão Rafael Sérgio Lima de Oliveira		
152. comentários à lei de licitações e contratos administrativos v.02	Cristiana Fortini.Tatiana Camarão	Fórum	1
153. aspectos polemicos sobre a nova lei de licitações e contratos administrativos	HARGER,MARCELO (COORDENADOR)	Fórum	1
154. lei nº 14.133/2021 comentada	Ivan Barbosa Rigolin	Fórum	1
155. Comentários à Lei do Mandado de Segurança - Lei 12.016/2009 - de Acordo com o CPC, alterada pelas Leis 13.256/2016, 13.363/2016, 13.465/2017 e 14.195/2021	J. E. CARREIRA ALVIM	Juruá	1
156. lei de improbidade administrativa comentada	Alexandre Alberto De Azevedo Magalhães Junior, Beatriz Lopes De Oliveira, Wallace Paiva Martins Junior	JusPodivm	1
157. Processo de improbidade administrativa - anotado e comentado	Aluizio Bezerra Filho	JusPodivm	1
158. Curso de Processo Penal	Eugenio Pacelli De Oliveira	JusPodivm	1
159. lei de improbidade administrativa comentada - atualizada com a lei 14.230/2021	Matheus Carvalho	JusPodivm	1
160.Comentários à Lei de licitações e Contratações administrativas	Marçal Justen Filho	RT	1
161. Legislação Eleitoral Brasileira	Ana Luiza Sodré De Moraes, Christiana Sodré De Moraes, Marcos Ramayana	JusPodivm	1

Notas explicativas:

1. O quantitativo supracitado é de 161 exemplares, pesquisados em editoras variadas.

2. Não encontramos outras opções disponíveis para aquisição das citadas obras, pois a maioria das obras não tem formato eletrônico;

3. Ademais, a aquisição de todas as obras em formato eletrônico além de demandar a instalação ou aquisição de software ou aparelhos móveis para leitura de livros digitais, dificultaria o compartilhamento dos livros com outras unidades interessadas;

4. A melhor solução para atendimento da necessidade de atualização de conhecimento é a aquisição dos livros mencionados uma vez que trazem conhecimentos consolidados e variados, de diversos autores renomados. A formação de um pequeno acervo de obras para utilização. E a solução que melhor atende as necessidades de atualização e conhecimentos e capacitação, bem como de aliamento dos trabalhos com a literatura sobre o tema.

2. PREVISÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL

2.1. A demanda está prevista no Plano Anual de Contratações de 2023 do TRE-RO.

3. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

3.1. Da Fundamentação:

3.1.1. A aquisição de obras novas atualizadas para suprir o atendimento das necessidades de informações indicadas por servidores que, é essencial à continuidade da prestação de atendimento aos servidores e usuários externos, com atualização do acervo da Biblioteca;

I- A aquisição destina-se a suprir as necessidades de informação com legislação atualizada técnico científica do corpo funcional, oferecendo diversas áreas do direito;

II - A fim de proporcionar aos usuários a busca pelo conhecimento e constante atualização frente à veloz renovação de dados nas diversas áreas do conhecimento.

3.1.2. Nessa esteira a Seção de Editoração, Publicação e Memória Eleitora, onde a Biblioteca está inserida. Exerce todas as atividades relacionadas ao atendimento de informações bibliográficas aos magistrados, servidores, zonas eleitorais da capital e do interior, servidores à disposição do tribunal, colaboradores e estagiários com acervo das Bibliotecas digitais, e livros físicos. Tal fato constitui-se em demonstração inequívoca da importância concedida pelo Tribunal ao cuidado e a valorização de todos aqui laboram. Inclusive, tal preocupação foi ratificada no Planejamento Estratégico 2021.2026 está o “**Aperfeiçoamento da gestão de pessoas**”. A aquisição ora pretendida vai justamente ao encontro do referido objetivo, uma vez que o aperfeiçoamento se materializará na ampliação do atendimento que é hoje prestado por esta Biblioteca.

3.2. Os demais elementos que fundamentam a presente contratação fazem parte dos estudos da fase de planejamento da contratação constantes nos seguintes documentos:

3.2.1. Documento de Formalização da Demanda ([1019984](#))

3.2.2. Estudos Técnicos Preliminares, se houver, (**Não se aplica**)

3.2.3 Mapa de Riscos (**Não se aplica**):

Justificativa para não Aplicação:

Nos termos do §3º da Instrução Normativa Nº 09/2022 deste Tribunal a elaboração de “Formulário de Instituição da Equipe de Planejamento da Contratação,” “Estudo Técnico Preliminar “ e “Mapa de Riscos” é facultativa a critério da unidade demandante ou decidido pelo titular da Secretaria de Administração, Orçamento e Finanças (SAOFC), conforme a especificidade do objeto, a complexidade da contratação ou outros elementos que a justifiquem, registrados expressamente no processo, nos quais devem ser considerados a redução de custos da contratação (art. 21, inciso VI, da Resolução do TSE Nº 23/.702/2022).

4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

4.1. A aquisição pretendida com fulcro no artigo 75 inciso II da lei 14.133/2021, para contratação de livraria ou distribuidor especializado para fornecimento, no período de vigência de 120 dias, de obras bibliográfica para atender às necessidades de composição e atualização do acervo da Biblioteca, unidade de responsabilidade da Seção de Editoração, Publicação e Memória Eleitoral (SEPM) deste Tribunal.

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

5.1. Conforme já justificado nos autos do presente processo, a aquisição não possui ETP em razão da baixa complexidade da aquisição. No entanto, os critérios de seleção do fornecedor e os referidos requisitos estão previstos no item 14 do presente termo.

6. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

6.1 Como critério base de sustentabilidade na referida contratação temos como parâmetro que os produtos adquiridos com a referida contratação, após a utilização pela sua vida útil para a instituição, serão doados para outras instituições públicas interessadas, para continuidade de sua utilidade base, seguindo o critério de "maior vida útil" e, não havendo interessados, serão doados a associações para o descarte de modo sustentável, com base no critério de "menor geração de resíduos".

7. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

7.1. Prazos e Condições:.

7.1.1 Os livros novos e atualizados (última edição), com entrega do objeto no prazo máximo de 45 dias após o recebimento da Nota de Empenho e garantia de 90 dias;

7.1.2 A entrega dos livros deverá ser realizada na Biblioteca unidades da Seção de Editoração, Publicação e Memória Eleitoral do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia, situada na Av. Presidente Dutra, 1889, Baixa da União, Porto Velho – RO, CEP, 76.805-901. Horário de Atendimento: Das 10:00 às 18:00 horas.

7.2. Deveres e Responsabilidades do contratante:

7.2.1 Relatar por escrito, com a devida comprovação, as eventuais irregularidades na entrega dos livros ou na prestação de serviços;

7.2.2 Reunir-se via Zoom ou Google Meet com a contratada, sempre que solicitado ou julgar necessário para definir detalhes ou esclarecer aspectos relacionados à entrega de bens ou execução de serviços;

7.2.3 Receber os ou serviços, por meio do Fiscal do Contrato, em caráter provisório e definitivo, após verificar a sua conformidade com o estabelecido neste Termo de Referência,

7.2.4 O pagamento será realizado mediante ordem bancária ou por OBPIX, por meio do Banco do Brasil S/A, em moeda corrente, até 05 (cinco) dias úteis, contados a partir do recebimento dos livros e da Nota Fiscal com os itens relacionados e quantidade solicitada, após o recebimento definitivo dos bens ou dos serviços atestados pelo fiscal e autorização pelo gestor do contrato, aplicadas as retenções legais, inclusive quanto à legislação Estadual e Municipal do imposto sobre serviços;

7.2.5 Para pagamento por meio de OBPIX nos formatos de CPF/CNPJ, E-mail, Número de Celular ou chave aleatória;

7.2.6 Poderá ainda o pagamento via OBPIX utilizar apenas o domicílio bancário (Banco, Agência e Nº da Conta Corrente), desde que haja chave PIX cadastrada para o domicílio bancário, exigindo-se, contudo, que a contratada informe tratar-se de conta corrente ou conta popança;

7.2.7 O pagamento via OBPIX não será realizado caso apresentado apenas imagem de QR-CODE;

7.2.8 A Além das demais obrigações aplicáveis aos pagamentos, disciplinadas neste termo de referência, na época do pagamento a contratada deverá demonstrar regularidade com os Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, Seguridade Social, Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e obrigações trabalhistas, que pode ser feita por meio de consulta ao SICAF ou aos sítios oficiais. Também será consultada sua situação no Conselho Nacional de Justiça;

a) Em qualquer caso, na hipótese de comprovação de irregularidades impeditivas à contratação, a contratada deverá regularizar a situação em até 05 (cinco) dias. Enquanto correr o prazo, sem a apresentação da regularidade pendente, o pagamento ficará sobrestado;

b) extinto o prazo sem a devida comprovação de regularidade, a nota fiscal será enviada para pagamento com a retenção preventiva do valor relativo a possível aplicação de penalidade de multa;

7.2.9 Nenhum pagamento será realizado enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira imposta à contratada em virtude de penalidades ou inadimplências sem que isso gere direito a reajustamento ou realinhamento de preços;

7.2.10 Pelos eventuais atrasos de pagamentos, desde que a contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida, entre a data acima referida e a correspondente ao efetivo adimplemento da obrigação, será calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

Na qual:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = \frac{(TX)}{365} \quad I = \frac{(6/100)}{365} \quad I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%.

7.2.11. A compensação financeira será incluída em fatura/nota fiscal emitida posteriormente à ocorrência.

7.2.12. Exercer quaisquer outras atribuições derivadas da lei, regulamentos, das demais normas aplicadas ou sempre que o exigir o interesse da Administração Pública.

7.3. Deveres e Responsabilidades da Contratada:

7.3.1. Responsabilizar-se técnica e administrativamente pelo objeto contratado, não sendo aceito, sob qualquer pretexto, a transferência de responsabilidade a outras empresas, que sejam fornecedores do instrumento contratado;

7.3.2 Aceitar, atendendo à conveniência e necessidades do contratante, acréscimos ou supressões do objeto da contratação em até 25 % (vinte e cinco por cento) do valor total estimado do contrato, na forma do artigo 125 da Lei n. 14.133/2021;

7.3.3 Responder integralmente por perdas e danos que vier a causar ao Tribunal ou a terceiros em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou dos seus prepostos, independentemente de outras combinações contratuais ou legais a que estiver sujeita;

7.3.4 Responder solicitações para elucidação de eventuais questões relacionadas à execução do objeto contratado;

7.3.5 Garantir o mais rigoroso sigilo sobre quaisquer dados, informações, documentos e especificações que venham a ter acesso em razão dos serviços prestados, não podendo, sob qualquer pretexto, revelá-los, divulgá-los ou reproduzi-los;

7.3.6 Apenas subcontratar parcialmente a execução do objeto do contrato com prévia anuência do contratante e com observância estrita das regras definidas no contrato;

7.3.7 Substituir os serviços não aprovados pela fiscalização e cumprir as obrigações pendentes no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contados do recebimento do Termo de Recusa das obras enviadas;

7.3.8 Comunicar ao gestor do contrato, por escrito, toda e qualquer anormalidade de caráter urgente que possa impossibilitar a execução do objeto contratado e prestar os esclarecimentos julgados necessários;

7.3.9 Arcar com todos os custos diretos e indiretos que incidam sobre a execução do objeto do contrato, tais como: as despesas relativas à execução dos serviços, impostos, taxas, encargos, mão de obra, materiais, equipamentos e todos os demais incidentes sobre a prestação dos serviços;

7.3.10 Garantir o mais rigoroso sigilo sobre quaisquer dados, informações, documentos e especificações que venham a ter acesso em razão dos serviços prestados, não podendo, sob qualquer pretexto, revelá-los, divulgá-los ou reproduzi-los;

8. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

8.1. Não será exigida indicação da Equipe de Gestão e Fiscalização do Contrato:

Justificativa para não aplicação:

Nos termos do §3º ao art. 3º a Instrução Normativa 09/2022 deste Tribunal ([0917870](#)), a elaboração de "Formulário de Instituição da Equipe de Planejamento da Contratação", "Estudo Técnico Preliminar" e "Mapa da Riscos" é facultativa, a critério da unidade demandante ou decidido pelo titular da Secretaria de Administração, Orçamento e Finanças (SAOFC), conforme a especificidade

do objeto, a complexidade da contratação ou outros elementos que a justifiquem, registrados expressamente no processo, nos quais devem ser considerados a redução de custos da contratação (art. 21, VI, da Resolução TSE n. 23.702/2022).

Desta feita, no que concerne à equipe de gestão e fiscalização, opinamos pela não necessidade, visto que com o recebimento definitivo do objeto já será possível a verificação da compatibilidade entre o fornecido pela empresa a ser contratada e o solicitado por esta seção.

9 CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

9.1. O Contrato de fornecimento, no caso do presente instrumento, será substituído pela Nota de Empenho de Despesa na forma do artigo 95, inciso I e II, da Lei 14.133 /2021, considerando ainda o previsto no item **7.1.1.**;

9.2 Como condição para emissão da Nota de Empenho, a adjudicatária deverá atender a todos os critérios de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista, que pode ser feita por meio de consulta ao SICAF ou aos sítios oficiais, além das declarações previstas em lei;

9.3 Incumbirá à administração:

9.4 efetuar o recebimento provisório das obras entregues, no ato da entrega dos mesmos, acompanhados da Nota Fiscal, mediante emissão de Termo de Recebimento Provisório de obras Bibliográficas emitido pela Seção de Editoração, Publicação e Memória Eleitoral do TRE-RO;

9.5 O recebimento provisório das obras entregue não implica sua aceitação;

9.6 efetuar o recebimento definitivo dos produtos entregues, após a verificação do cumprimento das especificações dos produtos, nos termos deste Termo de Referência e da proposta da contratada, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados do recebimento provisório, mediante emissão de Termo de Recebimento Definitivo de obras bibliográficas emitido pela Seção de Editoração, Publicação e Memória Eleitoral do TRE-RO;

9.7 recusar e devolver, mediante emissão de Termo de Recusa de Materiais emitido pela Seção de Editoração, Publicação e Memória Eleitoral do TRE-RO, do qual deverá explicitar a razão da recusa das obras, os livros entregues em que se tenha constatado;

9.8 produtos em desacordo com especificações estabelecidas neste termo de referência e na proposta da contratada;

9.9 livros enviados que, não constam na listagem indicadas serão recusados

10. REAJUSTE CONTRATUAL

10.1 Os preços inicialmente contratados são fixos e irremovíveis no prazo de um ano contado da apresentação da proposta comercial.

10.2 Na ocorrência excepcional de prorrogação contratual, independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais poderão ser reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, da variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade originária, para preservar o equilíbrio econômico-financeiro do contrato;



10.3 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, em casos de outras excepcionais prorrogações contratuais, o interregno mínimo de um ano será contado da data de início dos efeitos financeiros do início último reajuste ocorrido.

10.4 No caso de atraso ou não divulgação dos índices de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo sejam divulgados os índices definitivos. Na ocorrência dessa hipótese, fica o Contratado obrigado a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente.

10.5 Nas aferições finais, os índices utilizados para reajuste serão, obrigatoriamente, os definitivos.

10.6 Caso os índices estabelecidos para reajustamento venham a ser extintos ou de qualquer forma não possam mais ser utilizados, serão adotados, em substituição, os que vierem a ser determinados pela legislação então em vigor.

10.7 Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

11. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

11.1. O valor total estimado para a contratação é de R\$ R\$ 31.184,78 (trinta e um mil cento e oitenta e quatro reais e setenta e oito centavos)

11.2. O detalhamento da pesquisa de preços realizada para a estimativa do preço integra a **INFORMAÇÃO CONCLUSIVA DO VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO**, evento [1069442](#).

12. ADERÊNCIA ORÇAMENTÁRIA

12.1. A fonte orçamentária para o custeio da despesa está indicada no quadro adiante:

A fonte orçamentária para o custeio da despesa está indicada no quadro adiante:

Fonte Orçamentária					
Tipo de Orçamento	Item de despesa do planejamento orçamentário	Plano Interno	Previsão de execução orçamentária por ano		
			2023 (R\$)	2024 (R\$)	
Ordinário	Aquisição de livros para a biblioteca do Tribunal	INV PERMAN	R\$ 31.184,78	-	
Total por exercício financeiro			R\$ 31.184,78	-	

13. FORMA DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

FORMA DE SELEÇÃO



() Dispensa de Licitação

(x) por meio do Sistema de Dispensa Eletrônica;

() Não utilizado o Sistema de Dispensa Eletrônica (§ 2º do art. 26 desta instrução normativa.
JUSTIFICAR:

() Inexigibilidade de Licitação

CRITÉRIO DE JULGAMENTO

() Menor preço global

(x) Menor preço por item

() Maior desconto

() Outro:

14. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

14.1. A presente contratação amolda-se à regra do art. 70, III, da Lei n. 14.133/2021, pois trata-se de contratação para entrega imediata.

14.2. Com fulcro também no art. 70, III, da Lei n. 14.133/2021, serão exigidos dos licitantes os documentos relacionados à **habilitação jurídica, de regularidade fiscal, social e trabalhista** previstos no Art.66 e Art. 68 da Lei n. 14.133/2021, in verbis:

Art. 66. A habilitação jurídica visa a demonstrar a capacidade de o licitante exercer direitos e assumir obrigações, e a documentação a ser apresentada por ele limita-se à comprovação de existência jurídica da pessoa e, quando cabível, de autorização para o exercício da atividade a ser contratada.

Art. 68. As habilitações fiscal, social e trabalhista serão aferidas mediante a verificação dos seguintes requisitos:

I - a inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

II - a inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

III - a regularidade perante a Fazenda federal, estadual e/ou municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

IV - a regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;

V - a regularidade perante a Justiça do Trabalho;

VI - o cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

*§ 1º Os documentos referidos nos incisos do **caput** deste artigo poderão ser substituídos ou supridos, no todo ou em parte, por outros meios hábeis a comprovar a regularidade do licitante, inclusive por meio eletrônico.*

*§ 2º A comprovação de atendimento do disposto nos incisos III, IV e V do **caput** deste artigo deverá ser feita na forma da legislação específica.*

14.3. Os critérios de qualificação econômico-financeira não serão exigidos.

Justificativa:

Com fulcro na permissividade legal constante do art. 70, III, da Lei n. 14.133/2021, e, considerando ainda a baixa complexidade da presente aquisição, na esteira das justificativas anteriores, opta-se pela não exigência.

14.4. Considerando que o valor estimado dos itens para a contratação pretendida, individualmente, **não excede R\$ 31.184,78, será aplicada a exclusividade** de participação de microempresas e empresas de pequeno porte, na forma estabelecida pelo art. 48, I, da LC 123/2006 e pelo art. 6º, do Decreto Federal nº 8.538/2015.".

15. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES APLICÁVEIS

15.1. SANÇÕES: Na ocorrência das infrações administrativas descritas adiante, poderão ser aplicadas as sanções previstas na Lei n. 14.133/2021, na forma seguinte:

15.1.1 Advertência: pela cometimento da infração administrativa de **dar causa à inexecução parcial do contrato**, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

15.1.2 Multa: de 5,0% (cinco por cento) a 30% (trinta por cento), de acordo com a gravidade da conduta, do valor do contrato celebrado ou da obrigação inadimplida, aplicada ao responsável por qualquer das seguintes infrações administrativas:

I - dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

II - dar causa à inexecução total do contrato;

III - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

IV - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

V - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para a seleção da proposta ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

VI - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

VII - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n. 12.846, de 1º de agosto de 2013.

15.1.3 Impedimento de licitar e contratar: quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública

direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, por qualquer das seguintes infrações administrativas:

I - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para a seleção da proposta ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

II - praticar ato fraudulento na execução do contrato;

III - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza.

15.1.4 Declaração de inidoneidade: será aplicada quando justificada a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no item 15.1.3 desta seção e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, por qualquer das seguintes infrações administrativas:

I - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para a seleção da proposta ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

II - praticar ato fraudulento na execução do contrato;

III - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

IV - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n. 12.846, de 1º de agosto de 2013.

15.2. O procedimento e demais critérios par a aplicação das sanções estabelecidas no item 15.1 desta seção observarão as normas da Lei n. 14.133/2021.

16. ANEXOS

16.1 Documento de Formalização da Demanda ([1019984](#));

16.1 INFORMAÇÃO CONCLUSIVA DO VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO, evento [1069442](#).

Everaldo Cardoso Lopes

Responsável



Documento assinado eletronicamente por **EVERALDO CARDOSO LOPES, Chefe de Seção**, em 25/10/2023, às 16:19, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **1077250** e o código CRC **5B81055A**.

0000770-28.2023.6.22.8000

1077250v6

Criado por 044138990671, versão 6 por 044138990671 em 25/10/2023 16:19:41.